



EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA EM BOM JESUS DA LAPA/BA: IMPACTOS, DESAFIOS E PERCEPÇÕES

FIELD EDUCATION IN TIMES OF PANDEMICS IN BOM JESUS DA LAPA/BA:
IMPACTS, CHALLENGES AND PERCEPTIONS

LA EDUCACIÓN RURAL EN TIEMPOS DE PANDEMIAS EN BOM JESUS DA LAPA
/ BA: IMPACTOS, DESAFÍOS Y PERCEPCIONES

Ruth de Oliveira Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5543-7937>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Antônio Domingos Moreira

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>

Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - Brasil

Arlete Ramos dos Santos

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0217-3805>

Universidade Estadual da Bahia (UESB) - Brasil

DOI: 10.22481/poliges.v2i2.8980

Resumo: O presente artigo tem por objetivos discutir os desafios, impactos e as possibilidades da Educação do Campo no município de Bom Jesus da Lapa, Bahia, com a chegada da pandemia - a Covid-19 e a retomada do ensino emergencial. Nesse sentido, analisamos os impasses da utilização das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares das escolas do campo do referido município. O percurso metodológico foi qualitativo e a coleta de dados se deu a partir de questionários aplicados entre os dias 16 a 25 de junho de 2021, por meio de uma plataforma de comunicação virtual (e-mail) que teve como respondentes profissionais da Educação do Campo (06 Professores e 01 Diretor). Os resultados da pesquisa constataram carências nos investimentos de políticas públicas educacionais e, principalmente, na modalidade da Educação do Campo. Além disso, está clara a predominância da precarização do trabalho docente, por meio de cargas horárias excessivas, saúde emocional abalada, ausência do estado em proporcionar condições básicas para que as aulas remotas aconteçam em um momento tão caótico que o sistema determina.

Palavras chave: Educação do Campo; Covid-19; Desigualdades Educacionais; Políticas Públicas

Abstract: This article aims to discuss the challenges, impacts and possibilities of Field Education in the municipality of Bom Jesus da Lapa, Bahia, with the arrival of the pandemic - Covid-19 and the resumption of emergency education. In this sense, we analyzed the impasses in the use of educational technologies through remote teaching in school activities in rural schools in that municipality. The methodological approach was qualitative and data collection took place from questionnaires applied between June 16 and 25, 2021, through a virtual communication platform (e-mail) which had field education professionals as respondents (06 teachers and 01 school principal). The research results found deficiencies in the investments of educational public policies and, mainly, in the Field Education modality. In addition, it is clear the predominance of precariousness of teaching work, through excessive workloads, shaken emotional health, the state's failure to provide basic conditions for remote classes to take place at such a chaotic time that the system determines.

Keywords: Field Education; Covid-19; Educational Inequalities; Public policy

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir los desafíos y posibilidades de la Educación Rural en el municipio de Bom Jesus da Lapa, Bahía, con la llegada de la pandemia en Covid-19 y la reanudación de la educación de emergencia. En este sentido, analizamos los impasses en el uso de tecnologías educativas a través de la enseñanza a distancia en actividades escolares en escuelas rurales de ese municipio. El enfoque metodológico fue cualitativo y la recolección de datos se realizó a partir de cuestionarios aplicados entre el 16 y el 25 de junio de 2021, a través de una plataforma de comunicación virtual (correo electrónico) que contó con profesionales de la educación rural como encuestados (06 Profesores y 01 Director). Los resultados de la investigación encontraron deficiencias en las inversiones de las políticas públicas educativas y, principalmente, en la Educación del País. Además, es evidente el predominio de la precariedad del trabajo docente, a través de cargas laborales excesivas, salud emocional sacudida, y la incapacidad del Estado para brindar las condiciones básicas para que las clases a distancia se desarrollen en un momento tan caótico que determina el sistema.

Palabras clave: Educación rural; Covid-19; Desigualdades educativas; Políticas públicas

Introdução

Hoje, estamos passando no Brasil e no mundo, mudanças drásticas em nossas rotinas sociais, profissionais e familiares com a descoberta de um novo vírus, potencialmente perigoso, chamado de Sars-Cov-2 (Covid-19), que já matou 6,9 milhões de pessoas, mais do que o dobro dos 3,2 milhões de mortes oficialmente relatadas em todo o mundo, de acordo com análises do Instituto de Métricas e

Avaliação de Saúde (IHME, 2021), da Universidade de Washington, nos Estados Unidos.

Com a velocidade da contaminação pela Covid-19, medidas de distanciamento social, isolamento, quarentena, lockdown, paralisação dos serviços não essenciais, bem como das aulas presenciais, no qual inúmeros alunos, professores, familiares foram prejudicados com a suspensão das aulas, se fizeram necessário para reduzir a transmissão da doença.

Historicamente, as pandemias produzem efeitos devastadores para a humanidade, como exemplo disso, podemos citar: a gripe espanhola, que, de acordo com Collins (2010), assolou o planeta entre os anos 1918 a 1919, que infectou praticamente um terço da população mundial e matou entre 50 e 100 milhões de pessoas. Também a peste bubônica, propagada no século 14, matando entre 75 milhões e 200 milhões de vítimas na antiga Eurásia. A varíola, conhecida pelas erupções e bolhas na pele matou mais de 300 milhões de pessoas só no século XX. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a gripe suína (H1N1), foi o primeiro patógeno a causar uma pandemia no século 21. Após seu surgimento em porcos, em 2009, ele se disseminou em ritmo acelerado por outros países, matando cerca de 16 mil pessoas.

Diante da maior calamidade sanitária mundial causada pela Covid-19 em 2020, a sociedade precisou se reorganizar em todos os seus aspectos, inclusive em relação ao sistema educacional, que está enfrentando desafio de reorganização, adaptação, planejamento e execução neste novo contexto de distanciamento social, onde foi preciso suspender por tempo indeterminado as aulas presenciais desde o início do ano letivo de 2020, mobilizando, assim, estratégias de aulas on-line, atividades remotas e comunicação virtual para que o ensino e aprendizagem dos mais de 35,7 milhões alunos da educação básica matriculados no Brasil não fossem tão prejudicados. Segundo Souza (2020), o ensino remoto é a transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem.

A carência das aulas presenciais está sendo desafiadora para toda comunidade escolar (professores, alunos e pais), pois o ensino remoto emergencial ocupou um lugar prioritário sem que houvesse uma preparação ou formação do profissional da educação. No Brasil, das mais de 180 mil escolas existentes, 55 mil estão localizadas no campo, segundo dados do Censo Escolar de 2019. Para a Educação do Campo, a adaptação e a falta de infraestrutura para que aconteçam as aulas remotas é ainda mais preocupante, pois muitas vezes a distância geográfica, o difícil acesso e o desinteresse do poder público é uma barreira para a promoção do ensino/aprendizagem remotos em tempos de pandemia, pois o acesso de internet nesse espaço, normalmente, é precário, ou até mesmo inexistente no campo (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2021). A Educação do Campo é definida de acordo Santos (2013), como aquela educação destinada aos povos camponeses, com formação específica, cujo currículo deve perpassar pelos hábitos, costumes, experiências, relações mútuas vividas e sentidas por estes povos em seus diferentes territórios de identidades.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, bem como preconiza em seu artigo 206, no inciso I, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Pela leitura de tais artigos denota-se que a educação é um direito cabível para toda e qualquer pessoa, não podendo ser negado para a população camponesa. E tal direito deve ser garantido nas mesmas condições de acesso e permanência que é oferecido para a parcela da população do meio urbano (BRASIL, 1988).

No entanto, com as aulas remotas, vários estados e municípios começaram a tomar medidas mais contundentes para a prevenção e a mitigação dos riscos da pandemia da Covid-19, entre elas, a suspensão das aulas e o fechamento de milhares de escolas em todo o país. Em 1º de abril, a Presidência da República publicou a medida provisória nº 934/2020, que estabeleceu normas excepcionais para o cumprimento do ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior, por causa das medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública

(a pandemia do Covid-19). A medida passou a permitir a flexibilização dos 200 dias letivos, mas sem que se perdesse a obrigatoriedade do cumprimento das 800 horas letivas anuais.

Os sistemas de ensino têm sido orientados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a resolução CNE/CP Nº 2, de 5 de agosto de 2021, para o redimensionamento do tempo, da organização dos calendários e a readequação das atividades escolares, permitindo que o ensino remoto possa ser considerado no cômputo das cargas horárias previstas na legislação.

Diante desse contexto de mudanças relevantes, principalmente para a área educacional, esse artigo traz uma abordagem da prática, das vivências e das dificuldades do professor do campo em tempos de pandemia, no qual a Educação do Campo vem sofrendo com a nova formatação na educação remota, enfrentando desafios e limitações. Frente a esse cenário sem precedência, o professor, mesmo diante da conjuntura do novo panorama educacional, está se reinventando, criando possibilidades de ensino/aprendizagem em tempos inconstantes.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada em Bom Jesus da Lapa, município brasileiro do estado da Bahia, integrante do Território de Identidade Velho Chico, que vem sofrendo com os efeitos da pandemia do novo Coronavírus, tendo em seu quadro 15.859 alunos matriculados, sendo que 6.252 são alunos matriculados no campo, e 1.040 professores entre efetivos e temporários (Censo Escolar 2021), que estão se desdobrando para dar conta de forma proveitosa desse novo formato de ensino.

Com base nestas considerações, levantamos a seguinte questão de pesquisa: Quais são os desafios que os professores da Educação do Campo do Município de Bom Jesus da Lapa enfrentam para colocar em prática o ensino remoto dos alunos e alunas em tempos de pandemia da Covid-19? Em decorrência desta pergunta, o objetivo deste estudo é identificar os desafios vivenciados pelos professores do campo, relacionados ao ensino remoto, bem como buscar identificar quais políticas educacionais seriam necessárias para melhorar a qualidade do ensino em tempos de pandemia no município.

Entretanto, na última década, os movimentos sociais conquistaram algumas políticas públicas educacionais que sustentam a Educação do Campo no país, políticas que devem ser valorizadas, debatidas e pesquisadas em sua prática, buscando sempre avanços para efetivação de uma educação de qualidade. Dentre as legislações conquistadas, bem como programas e projetos, cabe destacar a resolução do CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, também o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, em que a Educação do Campo se torna de fato uma política pública educacional.

As políticas públicas que garantem a Educação do Campo enquanto direito são grandes conquistas dos movimentos sociais, porém, no que se refere a efetivação desses marcos normativos, na prática ainda persistem inúmeras lacunas. As discrepâncias entre cidade e campo ainda são reproduzidas no nosso modelo de sociedade, que valoriza o agronegócio e desconsidera o pequeno produtor rural, lhe negando o direito à terra, a escola em sua comunidade e uma educação que respeite seus modos de ser e de viver e que pense sua emancipação, ao contrário de sua dominação.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

No que tange ao método da pesquisa, aprofundamos as análises a partir de estudos bibliográficos que segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de informações e produções, por exemplo, livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o pesquisador na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações.

O foco dessa pesquisa é levantar respostas a partir de uma aproximação com o Método Materialismo Histórico Dialético – MHD, a qual destaca que é preciso

conhecer a sociedade e seus aspectos para trabalhar na superação das desigualdades sociais, e isso deve ser feito nesse período de pandemia – (Covid-19). Marx (1976) afirma que o materialismo não parte de conceitos, de construtos ideais que separam subjetividade de objetividade. Esse movimento de apreensão da realidade, no método marxiano, não pode se originar de tematizações autônomas, como o fizeram os pensadores dos métodos especulativos, mas como um conhecimento passível de transformações próprias da realidade que são pertinentes ao dinamismo e à contrariedade de toda pesquisa.

A importância da existência de um caminhar contínuo e progressivo em que a humanidade tende a avançar constantemente e se reinventar diante das adversidades apresentadas. As perguntas levantadas nessa pesquisa, poderão ter, segundo ensina Gil (1999, p.132), conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros.

Essa vertente nos levou a busca informações através de pesquisa qualitativa que aborda vivências e permitem estabelecer relações subjetivas. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Para coleta de dados utilizamos questionários aplicados por meio de uma plataforma de comunicação virtual, o *e-mail*. Os questionários foram enviados por servidores da web, como: *gmail*, *yahoo mail* e *Outlook*. O referido estudo teve como partícipes os(as) profissionais da educação básica (06 professores das escolas do campo e um gestor) do município de Bom Jesus da Lapa - Bahia. Antes da pesquisa ser elaborada houve acordo de livre consentimento dos sujeitos envolvidos no processo de pesquisa, autorizando, assim, ampla divulgação das respostas dos questionários. De acordo com Gil (1999, p.128), o questionário trata-se de uma

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

Para preservar as identidades dos integrantes da pesquisa utilizamos como pseudônimos nomes de pedras preciosas, em substituição dos nomes dos participantes. No Quadro 01 está exposto um breve perfil dos(as) entrevistados(as):

Quadro 1- perfil dos(as) entrevistados(as):

NOME FICTICIO	FUNÇÃO	SEXO	ESCOLARIDADE
Diamante	Diretor	Masculino	Especialização completa
Esmeralda	Professora	Feminino	Especialização completa
Jade	Professora	Feminino	Especialização completa
Rubi	Professora	Feminino	Especialização completa
Ametista	Professora	Feminino	Especialização completa
Safira	Professora	Feminino	Especialização completa
Turmalina	Professora	Feminino	Especialização completa

Fonte: elaborados pelos autores, 2021.

E importante salientarmos que os questionários foram respondidos por profissionais de escolas distintas do campo, que frente a sua realidade responderam os seguintes questionamentos: Quais os maiores desafios encontrados pelos educadores do campo para colocar em práticas o ensino/ aprendizagem dos alunos em tempos de pandemia da Covid-19? Como estão sendo executadas suas aulas e quantos alunos acompanham aproximadamente as atividades ou aulas remotas? Quais as ações ou políticas públicas seriam necessárias para melhorar a qualidade do ensino em tempos de pandemia no município? Que intervenções positivas nossos governantes deveriam priorizar?

Cada profissional da educação apresentou sua realidade de acordo com suas vivências frente aos desafios enfrentados por suas escolas no contexto atual. A pesquisa foi realizada entre os dias 16 a 25 de junho de 2021, de modo que os partícipes tiveram total liberdade para relatarem suas vivências, práticas, desafios, estratégias adotadas e percepções sobre o processo vivenciado na educação durante momento pandêmico.

Desafios e o papel do professor do campo no ensino remoto

Os anos de 2020 e 2021 serão marcados na vida dos brasileiros e do mundo, como anos atípicos, perante o cenário de instabilidades e inseguranças

desenrolados em todos os segmentos sociais. Em especial, a educação sofreu grandes danos no que concerne o desenvolvimento da aprendizagem de todos os níveis e ensino das escolas públicas e privadas.

No dia 17 de março de 2020, o governo brasileiro publicou a Portaria nº 343, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a pandemia de Covid19. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 18 de março de 2020, afirmou que pelo menos 85 países fecharam parcial ou totalmente as atividades presenciais nas escolas para tentar conter a propagação do novo coronavírus, impactando mais de 776,7 milhões de crianças e jovens estudantes, razão pela qual a Organização optou por apoiar o ensino e aprendizado à distância e inclusivo, sendo isso discutido em um evento virtual, do qual participaram os governos de 73 países (UNESCO, 2020).

A pandemia impôs grandes desafios para professores e estudantes, em especial, na educação básica do campo. Nesse sentido, precisamos fazer algumas reflexões: Como manter os vínculos com os alunos sem estar no mesmo espaço físico? Como utilizar as tecnologias da informação e comunicação (TIC) para aprender e ensinar? Como utilizar estas tecnologias digitais em rede na educação em um país tão desigual quando o assunto é acesso à internet e conexão de qualidade? Estas são perguntas que nos inquietam e nos fazem pensar sobre novas educações (SOUZA, 2020), ou seja, outras possibilidades que possam superar o modelo tradicional, bancário (FREIRE, 2011) de educação.

Diante desse quadro que se instaurou de educação remota, umas das maiores dificuldades da prática docente é alinhar aprendizagem com o processo de formação crítica dos educandos, pois esse distanciamento engessa e no mínimo limita o diálogo e a discussão que evidencia a realidade social de classes, compostas por modelos hegemônicos de poder que configuram uma série de desigualdades, violências e opressões, podendo ser superadas através de conhecimento, mobilização social contra esses estereótipos de superioridade instalados ideologicamente, além de pesquisas que permitam mapeamento da realidade apresentada. Essas reflexões implicam em uma possível mudança de

postura social a partir do discernimento da consciência de classe e moral dos educandos.

No ambiente digital o papel do professor é preponderante para que o aluno se sinta motivado, instigado a buscar as ferramentas, informações e recursos disponíveis de forma significativa para que consiga atingir saberes e competências regulares para seu nível de aprendizagem. De acordo com Santos, Junior e Dias (2020) esse processo de ensino leva o aluno a realizar tarefas e exercícios que direcionam posicionamento, visões e participação em variadas modalidades de interpretação do conhecimento. Onde o efeito tecnológico está inserido em todas as esferas da sociedade globalizada contemporânea, política e social, que impacta a linguagem e práticas comunicativas e educativas.

Apesar das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs, fazerem parte, direta ou indiretamente, da rotina das escolas e da realidade de muitos professores e estudantes, a utilização delas no período de pandemia, para substituir os encontros presenciais, tem encontrado vários desafios, entre eles: a infraestrutura das casas de professores e estudantes; as tecnologias utilizadas; o acesso (ou a falta dele) dos estudantes à internet; a formação dos professores para planejar e executar atividades online (SOUSA, 2020).

Segundo dados da PNAD (IBGE, 2018), 20,9% dos domicílios brasileiros não têm acesso à internet. Em 79,1% das residências que têm acesso à rede, o celular é o equipamento mais utilizado e encontrado em 99,2% dos domicílios, mas muitas famílias compartilham um único equipamento. Outra realidade que não podemos desconsiderar é que as casas das classes médias e alta têm uma estrutura privilegiada para o desenvolvimento de atividades escolares. Porém, as residências das classes populares se configuram, em geral, com poucos cômodos onde convivem várias pessoas, tornando-se difícil a dedicação dos alunos às atividades escolares. A pesquisa TIC Kids Online Brasil (CETIC, 2019) mostra que 11% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos não têm acesso a internet, correspondendo a 3 milhões de pessoas, sendo que 1,4 milhão nunca acessou a rede. Estes dados enfatizam um dos desafios da educação no período da pandemia, que é o acesso

das pessoas à rede internet banda larga para continuarem aprendendo e ensinando (SOUSA, 2020).

A conectividade pode e deve ser utilizada como recurso educacional, mas requer um plano de trabalho que permita ao estudante ser ativo no processo de ensino e aprendizagem. Demo (2009, p.53) afirma que “as novas tecnologias podem nos trazer oportunidades ainda mais ampliadas, em meio também a enormes riscos e desacertos.” Nesse contexto, os professores relataram diversos desafios relacionados ao ensino remoto neste período de pandemia, tais como: a adaptação e flexibilização em relação à uma nova forma de ensino e a aprendizagem e utilização das ferramentas tecnológicas para o ensino, o que gera sentimentos de insegurança, dúvidas e sobrecarga de trabalho; a motivação e engajamento dos alunos no ambiente virtual; as dificuldades enfrentadas pelos estudantes que impactam também na relação pedagógica; as demandas e cobranças institucionais (GODOI et al., 2020).

A pandemia trouxe à tona uma desigualdade ainda mais acentuada no contexto das escolas do campo como a exclusão digital, as escolas não estão aparelhadas com as tecnologias educacionais para atender os alunos da rede pública, principalmente aquelas localizadas em meio rural (campo) (SANTOS; SANTOS & SANTOS, 2021). No entanto, quando a escola ou professor disponibilizam dessas ferramentas tecnológicas, falta capacitação e formação adequada para que o docente possa fazer o melhor uso da TIC de forma a deixar as aulas mais criativas, necessária para contribuir com o amparo educacional dessas crianças e adolescentes.

Outrossim, a avaliação é mais um desafio na educação que ganha vertentes de atenção dos professores, que remotamente, há uma dificuldade maior em perceber em qual o grau de evolução do aluno. E, em que ponto se faz necessária focar na sua orientação. Esse quesito didático, permeia a prática e a formação do professor (a) e ganha dimensão quando se entende que o ano letivo deve ser cumprido, mesmo com todos os percalços a escola atua com seu currículo flexível, mas do que nunca a flexibilização do corpo institucional deve acontecer de modo

coletivo e tecnológico, permitindo as adequações necessárias para que os discentes consigam e tenham direito a uma aprendizagem significativa e igualitária com diz, Paulo Freire (SANTOS; JÚNIOR; DIAS, 2020).

Nesta conjuntura, os profissionais da educação, em especial os professores, estão contribuindo de forma muito significativa para que o ensino do país não pare, ou seja, estão sendo o salva-vidas desta onda de calamidades provocada pela Covid-19. Todavia, é importante um alerta: os professores estes estão ficando fragilizados, exaustos e com esgotamento físico e mental devido à grande demanda de trabalho remoto. É necessário que as secretarias de educação pensem no profissional como seu melhor recurso (humano) para um futuro próspero. Isso deixa claro que é preciso cuidar adequadamente do professor e que as políticas públicas devem garantirum financiamento adequado para a Educação do Campo, fazendo, assim, uso inteligente das tecnologias disponíveis, de modo a priorizar os mais vulneráveis e proteger educadores e alunos.

Políticas Públicas Educacionais: a Educação do Campo em tempos de pandemia

A educação pública no Brasil vem sofrendo contínuos desmontes que vão desde falta de investimentos, cortes de verbas, sucateamento das escolas, falta de formação para professores, dentre outras medidas que interferem na qualidade do ensino. Seguindo um projeto neoliberal de Estado mínimo, o nosso atual chefe do poder executivo, o presidente Jair Bolsonaro vem aumentando a fragilidade educacional com a falta de projeto nacional que garanta o direito à educação durante a pandemia.

Nessa conjuntura, percebe-se que os avanços tecnológicos e a globalização evidenciados pelo capitalismo, não modificaram as desigualdades e contradições do sistema, como afirma Davis (2020, p. 12): “a atual pandemia expande esse argumento: a globalização capitalista parece agora biologicamente insustentável na ausência de uma verdadeira infraestrutura de saúde pública internacional.”

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2020, 65% dos países - membros aumentaram o investimento em educação. Outros 35% mantiveram o investimento. Nenhum país diminuiu as verbas destinadas à educação. Diferentemente do Brasil, onde a Educação do Campo é a área mais atingida pelos cortes orçamentários do Presidente. Nesta avaliação, não há um processo de ensino remoto que seja bem estruturada em nenhum município. Segundo a Unicef (2020), a desigualdade educacional é mais acentuada entre estudantes das classes mais pobres, de acordo com o estudo, entre 30% e 40% dos estudantes do ensino público, estão sem nenhum ensino remoto de forma permanente.

Essa situação lamentável de acordo com Silva, Santos e Lima (2020), se deve principalmente à falta de atenção e poucos investimentos na educação pública, bastante visíveis neste momento de pandemia, que vêm revelando a precariedade e as dificuldades do acesso e permanência dos estudantes nas escolas. Tais situações são diariamente denunciadas por meio das pesquisas científicas, pelos movimentos sociais, para assegurar aos sujeitos o direito à educação, de poder permanecer na escola, de modo que esta cumpra a sua missão de educar e formar cidadãos críticos e interventores da realidade social.

Outra situação atenuante que dificultou o direito ao aprendizado dos estudantes brasileiros de escola pública, foi o veto integral do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que buscava assegurar internet gratuita a alunos e professores da educação na rede básica no ano de 2021. O texto previa que a União repassasse R\$ 3,5 bilhões aos estados e ao Distrito Federal para que os gestores locais adotassem as medidas necessárias, incluindo a compra de planos de internet móvel e de tablets para professores e alunos promovendo, assim, oportunidade do desenvolvimento do ensino em tempos de pandemia, acesso aos direitos a uma educação básica pública, gratuita e igualitária.

Pelo texto, os recursos iriam beneficiar: alunos das redes públicas de estados e municípios cujas famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); estudantes matriculados nas escolas das

comunidades indígenas e quilombolas; professores da educação básica das redes públicas de ensino dos estados e municípios. O texto também previa que os recursos deveriam ser usados para a contratação de internet móvel, a fim de permitir que alunos e professores acompanhem atividades pedagógicas não presenciais (UNDIME, 2021).

Diante de todas as situações calamitosas ocasionadas por essa pandemia, à falta de oportunidade de acesso, as aulas remotas estão abrindo fortemente uma lacuna de desigualdades já pré existente no Brasil, principalmente, nas escolas do campo. No entanto, a falta de acesso à educação é um assassinato ao progresso do país, interfere na aprendizagem, paralisa as oportunidades e perspectivas de muitos discentes, provocando um sentimento de adiamento de todos os planos no contexto educacional.

A falta de políticas públicas educacionais, geram não só desafios e transtornos sociais, mas também, a incapacidade do país em proporcionar a seus cidadãos a igualdade de direitos dentro da perspectiva do bem social, deixando a população em alto nível de vulnerabilidade social. Mézáros explica que

No reino do capital, a educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise, do sistema público de ensino, pressionando pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que uma a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (MÉSZÁROS; 2012, p.16).

Pelo avanço desenfreado do capital, com a utilização do seu modelo de produção e captação de riqueza egocêntrica, o controle ideológico instalado pelas elites que detém o capital e defende o controle das massas se mantém ameaçando a emancipação humana por meio da educação, pois é defendida por uma parcela da sociedade trabalhadora que acredita nos ideais tradicionais e que o Estado deva ser diluído, comprando um discurso mercadológico e alienado, fazendo com que os cidadãos não tenha condições de formular outra versão da realidade.

Com a propagação da Covid-19, a Educação do Campo vem sendo objeto de estudo de vários educadores vinculados aos movimentos sociais e da área educacional, dentre eles, Arroyo (2011), Molina (2011) e Alves (2009). Tais autores vêm contribuindo com seus estudos para uma ampla reflexão a respeito dos conceitos da Educação do Campo, bem como, sobre as políticas e práticas para promover uma educação de qualidade, com as necessárias condições para a participação e aprendizagem dos educandos da área rural, que frequentam escolas rurais e urbanas.

A Constituição Federal de 1988 foi um grande avanço no sistema educacional, posteriormente, também garantido na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB 9394/96). Contudo, o projeto educativo pensado para a população rural no Brasil é carregado de interesses, contradições e negação de direitos, fazendo com que os movimentos sociais reivindicassem uma educação emancipadora, crítica e que valorize as especificidades do homem do campo.

Diante das grandes conquistas e lutas sociais, importante compreender que o campo não é só espaço da produção agrícola; os camponeses devem ser respeitados em sua identidade própria, sua cultura, isto é, “o campo é lugar de vida e, sobretudo de educação” (FERNANDES, 2011, p.137).

A Educação do Campo significa muito mais que um simples conceito; expressa a condição fundamental para o exercício da cidadania dos povos do campo, sendo estes sujeitos que possuem sua história. Nesse contexto, a Educação do Campo é parte essencial do desenvolvimento territorial, que se configura como espaço que reúne, simultaneamente, condições de moradia, trabalho e educação (SANTOS; NUNES, 2020).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo; o artigo 28 da referida Lei aponta direcionamento específico à escola do campo, ao prescrever que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais

necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Sobre as conquistas dos movimentos sociais, principalmente, para a Educação do Campo, nas três últimas décadas, destacamos algumas políticas públicas educacionais que sustentam as escolas do campo no país, políticas que devem ser valorizadas, debatidas e pesquisadas em sua prática, buscando sempre avanços para efetivação de uma educação de qualidade.

Sobre a educação durante a pandemia da Covid-19, no Parecer CNE/CP Nº. 5 de 28 de abril de 2020, além do disposto, em excepcionalidade, pela Medida Provisória Nº. 934 de 1 de abril de 2020 no que tange à obrigatoriedade dos duzentos dias letivos, as redes e unidades escolares podem reorganizar seus calendários escolares, em conformidade com os seguintes dispositivos de contagem de dias, com inclusão do respectivo planejamento de horas letivas no parecer CNE/CP nº: 15/2020,

I) Utilização de períodos não previstos, como o do recesso escolar do meio do ano e inclusão dos sábados; II) Planejamento da ampliação da jornada escolar diária, quando possível, por meio de acréscimo de horas em um turno ou, ainda, a utilização do contra turno para a realização das atividades escolares; III) reprogramação de períodos de férias em convergência com negociações e acordos; IV) avanço para o ano civil seguinte, combinando quando for o caso, parte do previsto para o ano de 2020 com o ano subsequente, reunindo um contínuo de ações que deem conta da programação curricular dos dois anos, independentes entre si; V) outras formas legais de expedientes para o reordenamento dos calendários escolares.

No parágrafo único do artigo diz: no retorno das atividades presenciais, as redes e instituições escolares podem compor processos híbridos de computação do tempo a ser contabilizado nas oitocentas horas anuais, fazendo uso do horário destinado às atividades presenciais dentro da unidade escolar, acrescido daquele reservado para atividades remotas a serem cumpridas nos domicílios, no turno oposto, a partir dos encaminhamentos propostos pela escola.

Tratamento e Análise dos Dados

Diante desse quadro pandêmico, foi preciso rapidamente reinventar e ressignificar a prática pedagógica desenvolvida nas escolas, buscando formas para garantir a continuidade da aprendizagem. Segundo Santos, Júnior e Dias (2020), essa mudança requer do professor uma adaptação do seu cotidiano doméstico à nova maneira de trabalho, o que nem sempre é tão simples assim. As instituições, com o intuito de evitar que os alunos sejam prejudicados, implementaram métodos e estratégias de ensino para que todos possam continuar estudando durante o isolamento social.

Para compreendermos melhor esse momento anômalo, foi realizado uma pesquisa através de questionários com seis (06) professores e um (01) diretor da rede municipal de ensino que atuam nas escolas do campo do município de Bom Jesus Jesus da Lapa-Ba. A análise da pesquisa nos apresentou um panorama de desafios vivenciados pela complexidade de levar educação de qualidade através de novos paradigmas, nunca ou pouco vivenciada pelos professores. Esse terreno ainda pedregoso provocou segundo relatos, sentimentos de angústia, inquietações, inseguranças, dúvidas e sobrecarga de trabalho.

A razão que nos levou a realizar essa pesquisa foi a busca pela compreensão sobre as transformações eminentes na educação presencial para a remota nos momentos mais críticos da crise da Covid-19, momento de muitas incertezas e fragilidade da sociedade. Esses novos direcionamentos acentuam a era digital, cada vez mais explorada pela necessidade do distanciamento social.

Desse modo, a pesquisa aqui apresentada tem um caráter exploratório, isto é, busca uma primeira aproximação à questão apresentada, estabelecendo algumas interrogações, inclusive, considerando discussões teóricas sobre as temáticas especificadas, apresentando indicações para pesquisas futuras no âmbito da Educação do Campo, suscitadas e descortinadas pelas particularidades da pandemia (GIL, 2009).

Considerando que o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 188 de 03/02/2020, declarou emergência em saúde pública de importância nacional em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus, o município de Bom Jesus da Lapa, no uso de suas atribuições legais constitucionais, dispõe medidas de prevenção e controle para o enfrentamento da Covid-19, sobre o Decreto nº 042, de 18 de março de 2020, onde no artigo 4º determina a suspensão das aulas na rede municipal ensino. Essas medidas coabitaram com a paralisação das atividades presenciais de 56 escolas do município, sendo 30 localizadas no campo, 26 destas na sede.

A urgência requerida para a reorganização das atividades foi uma problemática que precisou ser estrategicamente pensada, principalmente na Educação Campo, devido à distância geográfica da área urbana, o acesso remoto de algumas localidades, a falta de estrutura para realizar as aulas online, todas essas eventualidades se posicionavam como barreiras para assegurar o direito universal à educação, conforme prevê a legislação vigente, por meio de um conjunto de ações sancionadas nos princípios da Constituição Federal e reproduzido na LDB da educação nacional (Lei 9394/96).

Os questionários com questões abertas foram enviados aos educadores, e posteriormente, devolvidos aos pesquisadores, foram observados que os desafios, angústias, perspectivas dos professores em relação ao cenário da educação remota em tempos de pandemia da Covid-19 são muito parecidas, o olhar e as opiniões expressadas traduzem as dificuldades de colocar em prática as didáticas.

No primeiro momento, quando questionamos sobre os maiores desafios encontrados pelos educadores nas escolas do/no campo para colocar em prática o ensino e a aprendizagem dos alunos em tempos de pandemia da Covid-19, relataram:

São muitos os desafios encontrados, um deles é o distanciamento social, as inúmeras dificuldades com o ensino remoto que gera muito controvérsia na nossa realidade. Pois parte dos estudantes não possuem os recursos necessários para o acompanhamento das aulas online e os pais que em muitas das vezes não conseguem

conciliar suas próprias tarefas diárias com as atividades escolares dos filhos. (Diretor Diamante, 2021).

As maiores dificuldades foram as novas formas didáticas para professores que não estava preparado totalmente para aquilo (Pandemia) tão repentinamente, a falta de acesso por parte dos alunos que nem todos tem internet e quando tem e de péssima qualidade e muitas vezes o pai não tem conhecimento necessário para ajudar os filhos. (PROFESSORA ESMERALDA, 2021)

A pandemia tem comprometido de forma negativa no campo educacional, pois dificultou o processo de ensino aprendizagem do educando e o contato professor e aluno. Desta forma, a educação teve que passar por um processo de adaptação por meio de ferramentas tecnológicas que tiveram que ser inseridas na didática do professor, que muitas vezes os próprios não faziam uso ou até mesmo não tinha conhecimento e aptidão para tal. Está sendo um momento de aprendizagem e de desafio. Por outro lado, temos o educando que em muitos casos não têm acesso à internet, não dispõe de ferramentas tecnológicas e muitas famílias não conseguem acompanhar seus filhos no desenvolvimento das atividades, sejam por falta de tempo ou até mesmo de conhecimento para ajudá-los. (PROFESSORA RUBI, 2021).

A desigualdade social, pois o custo para manter o ensino remoto é muito alto para os alunos, em destaque os alunos do ensino público que, em sua maioria, tem recursos limitados. Dessa forma, apesar de computadores e celulares bons, internet de qualidade e espaço reservado em casa para as aulas serem fundamentais nesse período de pandemia, não são a prioridade de muitas famílias, as quais possuem gastos primordiais como alimentação e despesas domésticas. Sendo assim, há uma imensa dificuldade de executar as aulas. (PROFESSORA SAFIRA, 2021).

Muitos alunos do campo não têm acesso às tecnologias que foram umas das ferramentas utilizadas para a realização das aulas, fora o fato que muitas moram distantes dificultando as entregas das atividades impressas e até mesmo as atividades nos livros. (PROFESSORA TURMALINA, 2021).

Percebemos nas falas dos docentes que a educação brasileira vive durante a pandemia, um contexto marcado por desigualdades, muitas vezes alunos sem acesso às aulas, com dificuldade de acompanhar as atividades remotas, sendo um dos maiores obstáculos da educação nas escolas públicas localizadas no campo. Nesse sentido, Moreira e Santos (2021) afirmam que o contexto pandêmico trouxe à tona a exclusão digital, por meio da qual se intensifica a marginalização com a

política de fechamento definitivo das escolas, algo que há tempos assombra muitas comunidades, interrompendo não só as atividades em sala, mas todo o amparo educacional e de cidadania que a escola fornece para a comunidade.

Dialogando com alguns autores marxistas, a igualdade de oportunidades em uma sociedade desigual surge como uma ideologia e não pode, evidentemente, ser realizada enquanto as condições sociais que geram as desigualdades não desaparecerem (MÉSZÁROS, 2008).

Afinal, já dizia Marx e Engels (2011) que

A luta pela transformação do sistema não se leva a cabo contra esta ou aquela ideologia, senão contra o caráter ideológico que possui sua própria estrutura (o que não impede que eventualmente se combata esta ou aquela ideologia, precisamente a que tematiza e defende aquele caráter) (MARX; ENGELS, 2011, p. 15).

Com isso, ficam evidentes as condições historicamente negadas para quem vive no campo. Mas recentemente, a Educação do Campo e as escolas do campo estiveram em destaque na luta pela garantia de direitos, apontando que a organização e unidade dos movimentos populares são uma das respostas ao enfrentamento às opressões do capital (BRASIL, 2020).

No município de Bom Jesus da Lapa, às execuções dos planos de trabalho dos professores estão sendo planejados em rede, ou seja, a coordenação do município elaborou um cronograma de estudos dirigidos implementado mensalmente a organização da efetivação dos planos de aula, atividades, programa de rádio (Educa Lapa), roteiros são pré-orientados pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, construídos pelos docentes e encaminhados para os alunos com devolutiva posterior, obedecendo a datas de retorno e entrega pré-fixada para todo município. Para compreendermos melhor essa organização, destacamos as seguintes falas:

As atividades chegam até os alunos através dos motoristas do transporte escolar a cada quinze dias, e neste período os docentes esclarecem as dúvidas dos alunos através do whatsapp, gravando vídeos e buscando a interação e participação dos alunos com seus respectivos responsáveis. Temos 425 alunos matriculados, com uma participação de cerca de 90% dos alunos nas aulas remotas. (DIRETOR DIAMANTE, 2021).

As aulas estão sendo desenvolvidas de forma remota, com atividades impressas, roteiros de estudos que são elaborados pelos professores e encaminhados as famílias pela gestão escolar com data de entrega e devolutiva das mesmas na unidade de ensino. Os acompanhamentos das atividades são esclarecidos e corrigidos por meio do grupo de *WhatsApp* das turmas que foram criados com esse objetivo, de acompanhar, tirar dúvidas, compartilhamento de execução de atividades dos alunos por meio de fotos e vídeos. A grande maioria está participando da realização das atividades, os que não participam com compartilhamentos de fotos e vídeos sabemos que estão desenvolvendo as atividades porque está havendo a devolutiva das mesmas na unidade de ensino. (PROFESSORA RUBI, 2021).

Através das atividades remotas, áudios em grupos de *WhatsApp*. Quanto ao acompanhamento dos alunos é o mínimo. (PROFESSORA AMETISTA, 2021).

As questões apresentadas por escrito foram produzidas a partir da mesma variável de perguntas, como alerta Gil (1999), as respostas são expressadas tendo como ponto de partida situações vivenciadas pelo entrevistado. Essas vivências foram evidenciadas principalmente no que tangem a porcentagem dos alunos que estão participando das atividades remotas. Enquanto para umas escolas os professores relataram a participação expressiva dos alunos, para outras, a participação está sendo mínima.

Nessas análises, foram observados relatos de inúmeras mudanças de planejamentos exigidos pela Secretaria de Educação para adequação do momento. Os profissionais se sentem cobrados a corresponder às expectativas da instituição, dos alunos e pais diante de suas práticas, lidando constantemente com opiniões divergentes e conflitantes dos familiares (hora as atividades estão difíceis, horas fáceis de mais, no entanto, as atividades são construídas de acordo com o grau de aprendizagem, habilidade e competência exigida pela série), o excesso de cobrança por resultados, gera clima de insatisfação e ansiedade, visíveis nos relatos a baixo:

O trabalho remoto tem sido bastante desgastante, pois é tudo muito novo, muitas cobranças por parte da secretaria de educação do município, dos pais, que muitas vezes não conseguem organizar o tempo para acompanhar as crianças na realização das atividades. Nesse momento, eu enquanto educadora me sinto super sobrecarregada, pois o trabalho aumentou, temos que realizar atividades, roteiros quinzenais e mensais, acompanhamentos diários

nos grupos de *WhatsApp*, correção das atividades. Então o trabalho aumentou, ultrapassando nossa carga horária de trabalho, as dúvidas e incertezas são cada vez maiores. E o mais difícil é conseguir acompanhar e conhecer o aluno a distância, sem o contato presencial. Sem ao menos saber se as atividades propostas estão sendo realizadas realmente por eles, se são os próprios que estão fazendo. (PROFESSORA RUBI, 2021).

Em relação às atividades propostas, à falta de compromisso, desmotivação, demora nas devolutivas das atividades, ausência de acompanhamento dos pais e organização dos horários de estudo, além da dificuldade com a internet e a um computador. Estresse e ansiedade por conta do confinamento. (PROFESSORA AMETISTA, 2021)

De certa forma, sinto-me angustiada sobrecarregada com tanta cobrança de não poder contribuir como eu gostaria em relação ao meu trabalho que está sendo realizado, no entanto esse distanciamento se faz necessário, é uma forma de proteção a mim mesma e proteger o próximo. (PROFESSORA TURMALINA, 2021).

A pandemia trouxe à necessidade que já existia há tempo, de uma formação mais integral, que vai além do aspecto cognitivo e incorpore diferentes dimensões do sujeito como o cuidado da saúde emocional do professor, pois pensar formas dinâmicas de construir conhecimento com os alunos, elaborar novas propostas de atividades, inovar nos métodos e plataformas utilizados, refletir sobre como considerar diferentes formas com as quais os estudantes aprendem e melhorar o planejamento de aula, são multitarefas fatigantes no contexto instável de saúde pública, econômica e educacional apregados na responsabilidade profissional de corresponder todas as expectativas da comunidade escolar que vivem no campo.

Com a precarização do trabalho docente, principalmente, nos últimos anos, o número de professores cujos empregos estão rotulados como temporários tem crescido enormemente em tempos de flexibilização do trabalho docente. A Admissão em Caráter Temporário (ACT) é um vínculo que está previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988), no entanto, tem sido utilizado de forma ampla e crescente pelas redes públicas de ensino de forma a contrariar o seu real objetivo, ou seja, tem deixado de ter caráter emergencial para se tornar uma política permanente.

No ano de 2017, 565.538 professores brasileiros tinham esse tipo de contrato temporário, o que representa 27% de toda a categoria docente do setor público.

Algumas unidades federativas vêm experimentando níveis mais altos de contratação de professores, chegando a existir dez estados em que mais de 50% dos docentes são temporários (COLEMARX, 2020; GOMES, 2017; SILVA, 2018). Os chamados (ACTs), além dos baixos salários, não têm direito à previdência social, à evolução funcional, plano de carreira, férias remuneradas, incorporações e gratificações de tempo de serviço.

Pois além do sofrimento gerado pela insegurança de estarem sujeitos a cortes salariais, a exaustão profissional se aprofunda em tempos de pandemia, pois o desenvolvimento das atividades não presenciais contempla diversas outras ações como é o caso da elaboração e correção de atividades on-line, a participação em reuniões com gestores e colegas de trabalho e, conseqüentemente, mais tempo de utilização das telas, ocasionando o zoom fatigue (LOPES, 2020).

Por fim, as opiniões dos professores e diretor sobre as necessidades de políticas públicas educacionais, para melhorarem a qualidade do ensino e que atinja todos os alunos em tempos de pandemia no município de forma unânimes, notadamente, as políticas públicas são citadas como meio da superação das principais dificuldades da educação em tempos de pandemia:

Neste momento pandêmico a melhor forma de melhorar educação seria a disponibilização do acesso aos recursos tecnológicos aos nossos educandos, em especial a internet, alguns tem um celular, porém não tem internet de qualidade, e nem sempre possuem os pacotes de operadoras. E promover ações que ajudassem as famílias mais carentes, pois essa pandemia favoreceu o desemprego, auxiliar as famílias com cestas básicas, auxílios aos que realmente necessitam. (PROFESSORA RUBI, 2021)

Acredito que as políticas públicas devem ser voltadas para o desenvolvimento de ações que visem ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na educação, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão de diferentes esferas do poder público e articular tais medidas com um bom planejamento para o retorno das aulas presenciais. (PROFESSORA JADE, 2021)

Primeiramente providencia, vacinas para todos, caso isso demore um pouco investir em tecnologias que atenda a todos os educados tanto do campo, quanto da cidade. (PROFESSORA TURMALINA, 2021)

A partir dos dados evidenciados percebe-se, portanto, que será de suma importância que o poder público se mobilize visando ampliar o acesso à educação para todos, através de programas governamentais que apoie o professor e o aluno a lidar com esse novo formato de educação.

Importante destacar que a classe trabalhadora é a mais vulnerável diante da pandemia, pois “Nas periferias, favelas e outros espaços de vida destes sujeitos, está um grande aglomerado de trabalhadores e trabalhadoras que compõem os ditos serviços prioritários durante a pandemia” (FARIAS; JUNIOR; 2020, p. 8). Esses serviços são aqueles que não recebem prestígio na sociedade, mas que são essenciais para sustentação do sistema, como: os entregadores, empregadas domésticas, faxineiras, garis, motoristas, trabalhadores de supermercados, frentistas de postos de gasolina, dentre outros. Farias e Junior (2020), destacam ainda outros grupos que se encontram em vulnerabilidade social, como a população campesina, as que vivem na rua e também os indígenas que muitas vezes são desprovidos de assistência médica e logística de transporte para doentes.

As políticas públicas para a Educação do Campo, mesmo andando em passos tímidos, ainda contribuem com avanços significativos no desenvolvimento de uma educação mais comprometida e vinculada com a vida e as lutas do povo do campo (REIS, 2004). Podemos afirmar, portanto, mesmo sendo uma educação remota, as políticas públicas voltadas à educação, deve proporcionar aperfeiçoamento das atuais condições educacionais que estão a desejar em nosso país, causando uma repercussão negativa dos nossos sistemas de ensino.

Considerações finais

Diante dos resultados obtidos, é perceptível que o atual momento em que vive a educação, assim como em outras áreas, é desafiador diante da conjuntura atual que estamos vivenciando, afirma Miranda et al. (2020). Nesse cenário, o desafio assumido pelos docentes e alunos é notável diante da grande complexidade

em aderir o ensino/aprendizado remoto, no viés totalmente tecnológico sem nenhuma formação prévia para o professor e tempo hábil para alunos adaptar as novas formas de construção do conhecimento.

Quanto aos dados da pesquisa, estes procuraram se identificar precisamente a realidade atual do sistema educacional, com o novo formato da educação na modalidade emergencial - ensino remoto.

Nesse sentido, são inúmeras problemáticas que estão sendo enfrentadas pelos professores, identificada através das análises da pesquisa como: o desinteresse dos alunos, cobranças excessivas, falta de recurso tecnológico, falta de internet, carga horária exaustiva, saúde emocional abalada, ausência do estado em proporcionar condições básicas para que as aulas remotas aconteçam a contento para todos, como garante a Constituição Federal de 1988.

Os professores seguem sendo essenciais para o processo de ensino/aprendizagem de modo que mesmo diante de tantas adversidades e sendo pouco valorizados, a evidências são claras em apontar que os docentes possuem papel fundamental, sendo necessário para desempenho e motivação dos estudantes em tempos tão difíceis e com poucas expectativas, isso alude que mesmo diante da precarização no sistema educacional, o professor cria estratégias diversas para que seja possível desenvolver as suas atividades.

A pandemia trouxe à tona à exclusão digital, que atinge principalmente os alunos do campo que não tem o aparato social, e tão pouco, meios tecnológicos que os insiram em pé de igualdade com alunos que disponibilizam de todas essas ferramentas de estudos. Isso implica no retrocesso da educação, fator esse que prejudica na transformação da sociedade mais justa e equitativa, tornando mais distante formar cidadãos conscientes, que não ignorem a realidade em prol de interesses individuais. Só se melhora o mundo pensando no bem social.

Se acreditarmos que a educação exerce forte influência nas transformações da sociedade, então, acreditamos que a educação reforça a capacidade crítica do indivíduo e atesta o grau de desenvolvimento desta mesma sociedade (DIAS; PINTO, 2019). Diante do que foi mencionado, pensar o acesso às tecnologias para

esta modalidade de ensino torna-se imprescindível para a consolidação de políticas públicas que considerem as especificidades dos povos camponeses no contexto de pandemia.

Referências

ARROYO, Miguel G; CALDART Roseli S; MOLINA Monica C. **Por uma educação do campo**. (Orgs.). 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CP Nº 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 188 de 03/02/2020**. Brasília, 2020.

BRASIL. Secretaria Municipal de Saúde. **Decreto nº 042 de 18 de março de 2020**. Bom Jesus da Lapa –Ba, 2020.

BORBA, R. C. N.; TEIXEIRA, P. P.; FERNANDES, K. O. B.; BERTAGNA, M.; VALENÇA, C. R.; SOUZA, L. H. P. **Percepções docentes e práticas de ensino de Ciências e Biologia na pandemia**: uma investigação da Regional 2 da SBEnBio. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, p. 153-171, 2020.

COLEMARX/UFRJ – **Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social**: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas, 2020. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

COLLINS, F. S. **A linguagem da vida: o DNA e a revolução na sua saúde.** Tradução de Leonardo Abramovicz. São Paulo: Editora Gente, 2010.

CETIC. **Crianças e adolescentes conectados ajudam os pais a usar a Internet, revela TIC Kids Online Brasil.** 2019. Disponível: <https://cetic.br/pt/noticia/criancas-e-adolescentes-conectados-ajudam-os-pais-a-usar-a-internet-revela-tic-kids-online-brasil/> Acessado em: 25 jun. 2021.

DEMO, P. **Aprendizagens e novas tecnologias.** Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, Cristalina, v.1, n.1, p.53-75, ago. 2009.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa.** In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.* 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, E.; PINTO, F. C. F. **Educação e sociedade.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 449-454, set. 2019.

FARIAS, Magno Nunes; JUNIOR, Jaime Daniel L. **Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações a partir da terapia ocupacional social.** Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi11YrCyyvHuAhWSFLkGHRwAi0QFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Fpreprints.scielo.org%2Findex.php%2Fscielo%2Fpreprint%2Fdownload%2F494%2F626%2F642&usg=AOvVaw3u0x1T5lguGbPF8zGwPKhu>. Acesso em: 17 Ago. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 50. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
FERNANDES, Bernardo M. **Diretrizes de uma caminhada.** (Orgs.). 5ª ed. –Petrópolis: Vozes, 2011. Cap. 4, p. 133-145.
GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI et al, **O ensino remoto durante a pandemia de covid-19: desafios, aprendizagens e expectativas dos professores universitários de Educação Física.** Mato Grosso 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344485419_O_ensino_remoto_durante_a_pandemia_de_covid-19 Acesso em: 20 jun. 2021

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. **Contratação temporária de professores nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente.** 2017. 107f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (**PNAD**). 2018. Disponível <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jun. 2021

INEP. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Brasília: MEC, 2011. JANUZZI, Paulo. 2020

IHME . Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde -. COVID-19. 2021. Disponível em: <http://www.healthdata.org/covid> Acesso em: 20 jun. 2021

LOPES, André. **Zoom fatigue**: o esgotamento provocado pelo excesso de videoconferências, Veja. Disponível em:

<https://veja.abril.com.br/tecnologia/zoom-fatigue-o-esgotamento-provocado-pelo-excesso-de-videoconferencias/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. **Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus**. Revista Thema, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. Disponível em:

<http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/1837/1542>. Acesso em: 20 jun 2021.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008. 2º ed.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

MIRANDA, Kacia Kyssy et al. **Aulas remotas em tempo de pandemia**: desafios e percepções de professores e alunos. Conedu VII Congresso Nacional de educação. Maceió-AL, 2020

MOREIRA, A. D.; SOARES, J. de S. **Educação do campo e educação a distância em tempos de COVID-19**: O contexto do estado da Bahia. Vitória da conquista –BA; 2021. Disponível em:

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/834>. Acesso em: 25 jun 2021.

MOREIRA, Antônio Domingos; SANTOS, Arlete Ramos dos. **Educação do Campo: Aulas remotas e os desafios frente ao avanço da Covid-19 no estado da Bahia**. Revista Velho Chico, Bom Jesus da Lapa (BA), v. 01, n. 01, p. 191-208 Abr/2021

REIS, Dalcio Roberto dos. **Gestão da Inovação Tecnológica. Barueri (SP)**: Manole 2004.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Editora Edufba: Salvador – Ba. 2020.

SANTOS, Arlete R. dos. **Internacionalização da pesquisa e produção do conhecimento sobre educação do campo da área da educação na região Nordeste (2013-2020)**. Práxis Educacional, 16(43), 196-228. 2020.

SANTOS, Porfírio dos; JÚNIOR, José Márcio Martins do Nascimento; DIAS, Marcos Antônio de Araújo. **As dificuldades e desafios que os professores enfrentam com as aulas remotas emergencial em meio a pandemia atual**. Conedu: Maceió –Al, 2020.

SANTOS, I. T. R. dos, SANTOS, E. N. dos, & SANTOS, A. R. dos. (2021). A educação em tempos de extrema-direita: o abandono educacional-tecnológico no campo. **Revista De Estudos Em Educação E Diversidade**, 2(3), 47-70. <https://doi.org/10.22481/reed.v2i3.8097>

SILVA, Amanda Moreira. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Luciene Rocha; SANTOS, Arlete Ramos dos; LIMA, Davi Amancio. **Os desafios do ensino remoto na educação do campo**. Poliges. Revista de políticas públicas e gestão educacional. Itapetinga. 2020.

SOUZA, Elmara; Pereira de. **Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades**. C. C.S.A no XVII, 2020. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA2_ID3584_01092020172045.pdf Acesso em: 23 jun. 2021.

UNICEF. Situação mundial da infância. Brasília (DF): Escritório da Representação do **UNICEF** no Brasil; 2020.

UNESCO. Children With Disabilities 2020. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

UNDIME. Undime participa da 2ª reunião do Comitê de emergência do MEC sobre ações contra o coronavírus. Disponível em: <<https://undime.org.br/noticia/20-03-2020-17-29-undime-participa-da-2-reuniao-do-comite-de-emergencia-do-mec-sobre-aco-es-contra-o-coronavirus>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

UNESCO. A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19. Paris:

Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das> Acesso em: 21 jun. 2021.

SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)

Antônio Domingos Moreira

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - PPGEd/UESB; Especialista em Agroecologia pelo IF/Baiano; Professor da Rede Municipal de Riacho de Santana-BA; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade – GEPEMDECC. Correio eletrônico: tony.dom1987@gmail.com

Ruth de Oliveira Sousa

Graduada em pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB; Pós-Graduada em Gestão Pública - UNEB; Aluna Especial em Educação (UESB) - PPGED/UESB - Brasil; Professora da Rede Municipal de Educação de Bom Jesus da Lapa - Ba; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade -GEPEMDECC; Email: ruthzinha@yahoo.com

Arlete Ramos dos Santos

Doutora em Educação (UFMG), Pós-doutorado em Educação e Movimentos Sociais pela UNESP; Professora Titular do DCHEL/UESB; Profa. do PPGED/UESB e do PPGE/UESC –Brasil. Email: arlerp@hotmail.com